



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ESCRITÓRIO DE ACESSORIA JURÍDICA POPULAR
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”

1 - (CESGRANRIO - 2010 – Petrobrás) Um motorista profissional é surpreendido por veículo de propriedade da Empresa X, em via pública, que colide com o seu automóvel, gerando inúmeros prejuízos. O veículo é utilizado para serviços que o motorista presta como profissional autônomo e permaneceu em reparos pelo período de trinta dias. Após tentativa amigável, ele não obtém sucesso na reparação dos danos causados e propõe ação com pedido condenatório, fixando o valor de causa em R\$ 30.000,00, correspondente aos danos causados. Regulamente citada, a empresa apresenta contestação, impugnando os documentos mostrados pelo autor, que anexou aos autos somente um orçamento, não permitindo a comparação com outras empresas especialistas em reparos automotivos. Não anexa documentos e nem requer outras provas. Foi designada audiência de instrução e julgamento, não tendo as partes apresentado outros documentos, nem testemunhas e ainda não tendo requerido prova pericial. Após as alegações finais, o magistrado profere sentença, em audiência, julgando procedente totalmente o pedido formulado, condenando a ré nas custas e em honorários de dez por cento do valor dado à causa. Não houve recurso, ocorrendo o trânsito em julgado. Analisando o caso, verifica-se que:

- a) a empresa deveria ter apresentado reconvenção.
- b) a prova pericial deveria ter sido determinada quando da impugnação ao documento apresentado.
- c) a contestação sem documentos caracteriza a revelia.
- d) o valor da causa não está adequado ao benefício econômico postulado.
- e) as partes, não tendo apresentado outras provas, permitem que ocorra a sentença de mérito.

2 - (FUNCAB - 2010 - IDAF-ES – Advogado) A petição inicial é o instrumento pelo qual a demanda se instrumentaliza, a forma de materializar o interesse em buscar a tutela jurisdicional. Sobre o tema, analise as seguintes afirmativas.

- I.** A petição inicial é considerada inepta quando lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- II.** Dentre os requisitos estruturais da petição inicial estão a indicação do juiz ou tribunal a que é dirigida e o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- III.** Verificando que a petição inicial não preenche os requisitos previstos na lei, caberá ao juiz determinar que o autor a emende ou complete no prazo de 60(sessenta) dias.
- IV.** Da decisão que indefere a petição inicial poderá o autor apelar, facultado ao juiz reformar sua decisão.

Somente estão corretas as seguintes afirmativas:

- a) **I, II e III.**
- b) **I, II e IV.**
- c) **II, III e IV.**
- d) **I e III.**
- e) **III e IV.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ESCRITÓRIO DE ACESSORIA JURÍDICA POPULAR
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”

3 – (OAB Unificada – Setembro/2010) Acerca da revelia, é correto afirmar que:

- a) a revelia se dá com a não apresentação de exceção ou de reconvenção no prazo da resposta.
- b) ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis, a revelia produz seus efeitos normalmente.
- c) contra o revel, ainda que tenha patrono constituído nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação.
- d) o revel pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

4 - (FCC - 2010 - TCE-RO - Procurador) A garantia do juiz natural:

- a) permite a criação de tribunal para julgar determinado caso.
- b) confere aos tribunais, indiscriminadamente, o poder de avocação de processos.
- c) possibilita a derrogação e a disponibilidade das competências.
- d) inviabiliza a edição de regras de competência determinada por prerrogativa de função.
- e) admite a pré-constituição, por lei, de critérios objetivos de determinação da competência.

5 - (FCC - 2011 - TRE-RN - Técnico Judiciário) Considere as assertivas abaixo a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos.

I. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo lícita a interferência estatal em seu funcionamento.

II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão administrativa, desde que devidamente fundamentada.

III. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a suspensão ou interdição de direitos.

IV. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) III e IV.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ESCRITÓRIO DE ACESSORIA JURÍDICA POPULAR
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”

6 - (CESPE - 2011 - TJ-PB - Juiz) A cerca dos princípios constitucionais e da classificação e interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- a) É prevalecte, na doutrina constitucional brasileira, o entendimento de que as normas que consagram as cláusulas pétreas estão em nível hierárquico superior às demais normas constitucionais.
- b) Entre as modalidades de eficácia dos princípios constitucionais inclui-se a eficácia negativa, que implica a paralisação de qualquer norma ou ato jurídico que contrarie um princípio.
- c) No que concerne à forma de aplicação, os princípios operam por via do enquadramento do fato no relato normativo, ainda que, tanto quanto as regras, eles comportem a subsunção.
- d) As normas constitucionais programáticas cingem-se a estipular princípios ou programas que devem ser perseguidos pelos poderes públicos, não possuindo eficácia vinculante nem sendo capazes de gerar direitos subjetivos na sua versão positiva ou negativa, embora impeçam a produção de normas que contrariem o direito nelas inserido.
- e) As normas institutivas, que traçam esquemas gerais de organização e estruturação de órgãos, entidades ou instituições do Estado, são dotadas de eficácia plena e aplicabilidade imediata, visto que possuem todos os elementos necessários à sua executoriedade direta e integral.

7 – (OAB Unificada – Janeiro/2010) A respeito da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, assinale a opção correta.

- a) A alienação, a qualquer título, de terras públicas com área de mil e quinhentos hectares a pessoa jurídica depende de prévia aprovação do Congresso Nacional.
- b) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, sem a participação do setor de produção.
- c) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais por reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.
- d) Propriedade produtiva pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, dada a imperiosa necessidade de se observar o interesse coletivo.

8 – (OAB/SP 137º Exame de Ordem) - É correto afirmar que a lei penal

- a) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- b) retroagirá, salvo disposição expressa em contrário.
- c) não retroagirá, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- d) retroagirá, se ainda não houver processo penal instaurado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ESCRITÓRIO DE ACESSORIA JURÍDICA POPULAR
FACULDADE DE DIREITO “PROF. JACY DE ASSIS”

9 - (MPE-PR - 2011 - MPE-PR - Promotor de Justiça) Assinale a alternativa correta:

- a)** a capacidade de direito não é atribuída àqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- b)** a incapacidade de exercício não afeta a capacidade de direito, que é atributo de todo aquele dotado de personalidade jurídica.
- c)** a antecipação da maioridade derivada do casamento gera a atribuição de plena capacidade de direito àquele menor de 18 anos que contrai núpcias, embora nada afete a sua capacidade de fato.
- d)** o reconhecimento da personalidade jurídica da pessoa natural a partir do nascimento com vida significa afirmar que, antes do nascimento, a pessoa é dotada de capacidade de fato, mas não tem capacidade de direito.
- e)** a interdição derivada de incapacidade absoluta enseja a suspensão da personalidade jurídica da pessoa natural, uma vez que a capacidade é a medida da personalidade.

10 - (PUC-PR - 2011 - TJ-RO – Juiz) Dadas as assertivas abaixo, assinale a única **CORRETA**.

- a)** Os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis. Em caso de ameaça ou lesão a esses direitos, pode o interessado reclamar perdas e danos. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida qualquer parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau.
- b)** Prescreve em três anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- c)** No negócio jurídico, uma das hipóteses que caracteriza como substancial o erro é quando concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.
- d)** É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- e)** Independentemente de autorização, a utilização da imagem de uma pessoa destinada a fins comerciais somente poderá ser proibida se atingir a sua honra, boa fama ou a respeitabilidade.